



E agora?

Dúvidas sobre o Governo Lula, a um terço do seu mandato

Raimundo Rodrigues **Pereira** e Tânia **Caliari**

O Governo Lula completou 16 meses, um terço do seu mandato. E está mais fraco do que quando começou. A popularidade do presidente é menor. A confiança da população no governo é menor. E, mesmo à direita, onde no ano passado o presidente conquistou forte apoio, voltaram a surgir desconfianças. Como revelou o ex-ministro Delfim Netto em artigo, uma corrente de grandes empresários avalia que o governo terá de realizar uma guinada: porque a economia não dá sinais de crescimento; a fase do dinheiro barato no exterior se encerrou sem que o país aproveitasse a oportunidade; e as pressões sociais serão tais que uma mudança de rumos pode acabar sendo imposta na orientação oficial: para pior, dizem eles – para a esquerda.

Ao longo de 2003, o governo realizou duas grandes manobras. Uma, foi a dramática contenção do gasto público e a elevação dos juros até meados do ano. Esse arrocho, o maior já realizado no país, conteve o consumo interno, acelerou o direcionamento da economia para o exterior, elevou o saldo comercial brasileiro e a disponibilidade de divisas para pagar os compromissos externos, reduziu a inflação, derrubou o dólar

e disparou a confiança dos credores. A outra grande manobra foi a de ampliação da base parlamentar governista, que culminou, no início deste ano, com a entrada do PMDB no alto escalão federal – em dois ministérios, Comunicações e Previdência, e na presidência da Eletrobrás. Foram, pode-se dizer portanto, duas operações bem-sucedidas.

Operações incoerentes Por que, então, o governo se enfraqueceu? Em primeiro lugar, porque as duas operações citadas não são coerentes entre si. O governo tem hoje o apoio parlamentar de mais de uma dezena de partidos, no qual não se incluem apenas os dois maiores partidos da direita e do centro-direita, o PFL e o PSDB. No entanto, a essência da política oficial, que vem da orientação conservadora do Ministério da Fazenda e do Banco Central, e de ministérios de intervenção econômica como os comandados pelos empresários Roberto Rodrigues (Agricultura) e Luiz Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), representa muito mais os adversários – o PSDB financista e o PFL que o segue – do que a base governista atual, mesmo computados o

PMDB e o PP de Paulo Maluf. Em segundo lugar, pelo fato de que a operação de arrocho espetacular supunha outra, também grandiosa: a do “espetáculo do crescimento”, que o presidente anunciara para meados do ano passado e ainda não aconteceu. No início de fevereiro de 2004, toda a grande operação de montagem da credibilidade e da governabilidade pareceu desmoronar, de repente. Três acontecimentos dispararam esse desmanche: 1) o fato de Lula ter, na reforma ministerial, desmembrado a Casa Civil em dois ministérios, tirando de José Dirceu o principal, o da articulação política do governo; 2) a denúncia de corrupção contra Waldomiro Diniz, auxiliar direto de Dirceu; 3) e, último, mas não o menor dos eventos, pela mudança de posição do Federal Reserve, o banco central americano, que anunciou o fim da política monetária americana de juros mínimos.

A sinalização do Fed mudou o panorama financeiro internacional, no qual se assistia uma febre de aplicações nas chamadas economias emergentes que beneficiava, entre vários países, o Brasil. A denúncia de corrupção contra um alto assessor do Planalto apontava que o PT

teria descido aos subterrâneos tradicionais da política brasileira para arregimentar quadros. O escândalo como que abriu a campanha eleitoral, inchando as iniciativas oposicionistas do PSDB e do PFL.

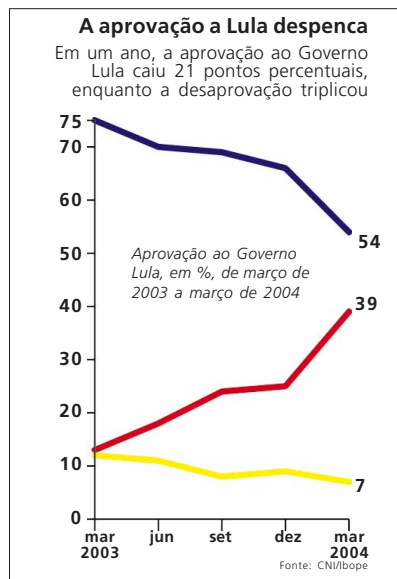
E o corte dos poderes de Dirceu, mesmo que apresentado como um arranjo útil para aumentar a eficiência da máquina governista, parecia, efetivamente, colocar em dúvida os rumos do governo. Afinal, o plano era mesmo governar com essa base ampla conquistada sob o comando de Dirceu, freqüentemente caso a caso, com verbas e emendas de negociação trabalhosa e sempre mal faladas? Ou existia um outro plano político que explicasse a resistência à frente articulada por Dirceu – afinal, o chefe da Casa Civil negociou com o PMDB por mais de um ano até ter o partido na frente governista. A especulação não era descabida. Em fevereiro, o próprio Lula disse em jantar com jornalistas na casa da diretora de redação de *O Globo* em Brasília, Tereza Cruvinel, que não descartava a união de membros do PT e do PSDB no futuro.

Nuances próprias A substituição de Dirceu por Aldo Rebelo na articulação política do governo, de certo modo, também fortalecia essa avaliação. Aparentemente, por ser do PCdoB, a expectativa seria outra: Aldo puxaria o governo mais para a esquerda. O PCdoB, em suas declarações oficiais, continua insistindo que há dois rumos no governo e que sua posição é a de fortalecer o lado desenvolvimentista, com vistas a mudar a política econômica. O partido votou a favor do governo na reforma da Previdência declarando-se, ao mesmo tempo, contundentemente contra. O voto a favor seria para garantir a consolidação e a estabilidade política da administração Lula. A posição pública de Aldo – líder do governo na Câmara, antes de ser ministro – tem nuances próprias, no entanto. Aldo é um defensor público de Palocci: comparou-o a Deng Tsiaoping, o arquiteto das grandes reformas iniciadas pela China no final dos anos 1970. Sugere deixar para trás a questão dos militares envolvidos na tortura dos anos 1964-1984, para que não se tenha o destino da mulher de Jô, que virou uma estátua de sal por voltar-se para o passado. Defende um governo de união nacional, como o que uniu os patriotas brasileiros na luta contra os holandeses. Promoveu o escritor Gilberto Freyre à condição de o maior pensador social do país. Cultiva heróis nacionais como Floriano Peixoto. Mais recentemente, criou uma revista, *Bonifácio*, em homenagem ao “patriarca da independência”, em torno da qual articulou um leque amplíssimo de conselheiros, à direita e à esquerda. Em sua segunda edição, a revista adverte contra os riscos da demarcação como território único de grandes reservas indígenas como Raposa Serra do Sol, que, dessa forma, poderiam permitir a alienação de território brasileiro. Aldo defende, como Lula, um governo de união nacional. Não tem a mesma posição de Lula na questão das alianças: sempre defendeu a cooptação do PP de Paulo Maluf; mas nunca defendeu, por exemplo, a aliança com o

PSDB financista. No entanto, qualquer analista minimamente informado sobre a força do PT no governo e sobre suas disputas internas, sabe que Aldo, a despeito de ser um político habilidoso e respeitado, não tem condições de garantir a coesão do principal elemento de sustentação da base governista, que é o próprio Partido dos Trabalhadores. Sua entrada no governo, portanto, na medida em que significava objetivamente o corte dos poderes de Dirceu e o fortalecimento da posição do presidente na disputa das correntes internas do PT, significava também um enfraquecimento da aliança ampla que Dirceu e ele próprio haviam formado. A crise de fevereiro abalou o governo, por fora e por dentro. O ministro Antônio Palocci parece um rochedo de serenidade na sua fé quase fundamentalista de que não existe outro caminho que não o do superávit fiscal elevado, da taxa de câmbio flutu-



A política de Meirelles transforma as articulações de Dirceu para ampliar a base de Lula em um trabalho de Sísifo



ante e de um banco central concentrado na estabilidade monetária. Pois bem: até ele pareceu ouvir vozes diferentes no meio da tempestade. Quando o IBGE divulgou os números que mostravam que o país regrediu em 2003, com uma queda de 0,2% do PIB, ele foi ao jornal matinal da Rede Globo anunciar que o governo implantaria algo que ainda não tinha sido aprovado pelo Fundo Monetário Internacional, o chamado superávit primário anti-cíclico, que daria condições ao governo de intervir na economia em situações de queda do crescimento econômico, como a que estava sendo observada.

Saída comum Alguns males sofridos pelo governo, no entanto, começaram, pouco a pouco, a gerar seus próprios antídotos. A aliança PT-PSDB dos sonhos do presidente Lula foi se desmanchando na mesma medida em que crescia o ânimo oposicionista dos peessedebistas diante da crise Waldomiro Diniz. Dirceu, que cogitou deixar a Casa Civil e voltar ao Congresso, tanto para defender sua honra como para deixar o papel de carregador do piano onde toca Luiz Inácio Lula da Silva, descobriu que ele e o presidente se reaproximaram com a desgraça e que precisavam buscar uma saída comum.

O estranhamento do ministro Palocci, por sua vez, durou pouco. A mudança de humor dos mercados em fevereiro e março esvaziou sua momentânea fé no superávit fiscal anti-cíclico. Ele declarou que a adoção da medida poderia piorar o sentimento do mercado em relação ao governo e a descartou. O Banco Central, por sua vez, congelou a política de queda de juros que vinha de meados de 2003. Como a inflação caiu, de fato os juros reais subiram. Em março, o governo promoveu o maior arrocho fiscal de todos os meses na história recente da economia brasileira, o que fez com que, no trimestre, o superávit primário batesse o recorde dos recordes. Hoje, o núcleo do governo está unido em torno da política econômica de Palocci. Dirceu e seu grupo ou fizeram uma autocrítica, ou se conformaram com o fato de ele ser o gerente de uma política que se define na Fazenda. Como disse Sílvio Pereira, se-

cretário do PT e pessoa próxima de Dirceu, em entrevista recente: “Antes achava que o problema era da política econômica. Hoje estou convencido de que há um problema real de gerenciamento”.

Neste início de abril, o governo procede como se a crise tivesse sido superada. O presidente Lula voltou a fazer pronunciamentos nos quais repete o bordão de que até agora plantou, mas que logo logo começará a colher, com o crescimento da economia e a geração de empregos. Isso, a despeito de ter desistido de dobrar o salário mínimo em seu mandato, após o segundo reajuste do piso salarial com aumento de apenas 1,2% acima da inflação. E de as taxas de desemprego terem voltado a recordes históricos. O próprio Dirceu voltou com vigor à cena política. Entre o final de abril e o começo de maio, quando esse artigo foi concluído, fez três pronunciamentos destacados, otimistas, em defesa do caminho que vem sendo adotado. Dirceu repete o que dizem Lula, Palocci e o presidente do Banco Central: que as taxas de juros no país são as menores dos últimos dez anos. Diz que os juros pagos neste ano podem cair à metade. Diz que os investimentos estão sendo feitos e o país está já em movimento. Num dos discursos disse que os juros internacionais estavam muito baixos e no outro manifestou a esperança de que a taxa de juros americana se mantenha em 1% ao ano.

Mas quais juros? Tudo isso, no entanto, extrapola da realidade concreta. Que juros estão historicamente baixos? Os do primeiro ano do Governo Lula? Não, é claro: o país não pagou o recorde de R\$ 145 bilhões de juros em 2003 porque o governo reduziu os juros; foi o contrário. Os juros de 2004? Claro que não, porque o ano não terminou e, ao contrário do que pensa o ministro Dirceu, 100% dos analistas financeiros acham que no máximo em junho o Fed elevará os juros e agravará as condições dos mercados financeiros

dos países emergentes muito endividados, como o Brasil.

Quanto aos investimentos públicos, uma análise do setor de saneamento mostra que o governo ainda está parado. No início do ano, o governo prometeu aplicar, ainda em 2004, R\$ 4,7 bilhões em saneamento, o que criaria 760 mil empregos e beneficiaria 5,15 milhões de famílias. R\$ 1,3 bilhão desses recursos viriam do governo federal. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram, no entanto, que nos 100 primeiros dias deste ano o governo gastou apenas 0,85% dos recursos reservados para a área de saneamento – apenas R\$ 26 milhões foram empenhados e somente R\$ 11 milhões foram pagos até o último dia 8 de abril. O desembolso depende de análise de propostas e de licitações. No caso dos municípios, o processo tem de ser encerrado até o fim de junho, porque a legislação eleitoral impede contratações no período de três meses antes das eleições dos prefeitos, que ocorrem em outubro. Isso significa que, se existisse de fato um compromisso de gastar R\$ 4,7 bilhões em saneamento em 2004, o governo deveria ter trabalhado nessa direção durante todo o ano passado. Em outras áreas pode-se dizer que a situação é pior.

E, como se não bastasse o fato de o otimismo do governo ser exagerado,

Aldo e a revista Bonifácio: nacionalismo com amplo conselho editorial, à esquerda e à direita



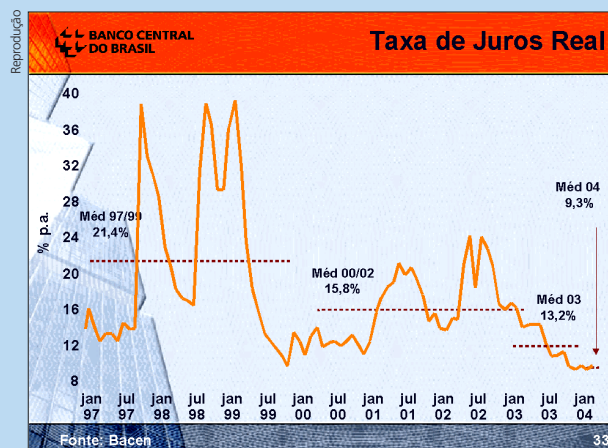
Mentiras e estatísticas

Numa exposição ao Congresso, no final de abril, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresentou o gráfico ao lado para provar que as taxas de juros no Brasil são as mais baixas dos últimos dez anos, como ele e o presidente da República têm repetido. O gráfico, no entanto, é apenas uma prova de que se pode usar estatísticas para enganar o povo.

O escritor Mark Twain dizia: "há três espécies de mentiras: mentiras, mentiras malditas e estatísticas". Para chegar ao que queria, Meirelles comparou, como se diz, chuchu com borboleta. Para construir o patamar mais baixo, de 9,3%, usou um mês, janeiro de 2004. Para construir o patamar logo acima, de 13,2%, usou o ano de 2003. Para construir os outros dois patamares, mais altos, 15,8% e 21,4%, usou médias de três anos, 2000-2002 e 1997-1999. Por que não comparou as médias ano a ano, como seria mais razoável? Evidentemente porque, se fizesse isso, provaria justamente o contrário do que quis provar, pois, como se pode ver no gráfico, nitidamente os juros do ano 2000 estão num patamar mais baixo do que o dos juros de 2003.

O fato é que os juros no Governo Fernando Henrique, após a desvalorização cambial do início de 1999, tiveram altos e baixos. No ano 2000 – ano no qual o país mais cresceu, nos

tempos recentes – os juros estiveram mais baixos do que no primeiro ano do Governo Lula. Como **REPORTAGEM** mostrou no seu número anterior, mesmo na comparação mês a mês dos últimos três anos, os juros atualmente estão mais altos. No gráfico da Global Invest, o patamar mais baixo de 2004 é janeiro, com juros reais de 9,95%. Em novembro de 2002, os juros estavam em 9,84%.



resta o paradoxo de ele estar num rumo, mas com uma base de apoio parlamentar que não reflete esse caminho. Que ventos podem ajudar o governo se há dúvidas cruciais sobre o caminho que ele pretende seguir? O sociólogo Francisco de Oliveira, numa palestra recente, disse que o Governo Lula perdeu uma oportunidade histórica de lançar novas bases para o futuro do país e atualmente está perdido numa tentativa, a seu ver inútil, de reconstituir uma frente de apoio parlamentar que não tem maior significado.

A avaliação de Chico Oliveira parte de dois pontos. Um: nos últimos vinte anos, Lula tinha acumulado, em torno de sua figura e do Partido dos Trabalhadores, uma força política e moral extraordinária. Dois: por outro lado, o governo do PSDB, sob comando de Fernando Henrique Cardoso, tinha subvertido as bases econômicas da representação política tradicional brasileira; e chegou ao fim de oito anos de mandato tendo esvaziado totalmente essa representação. Nessas condições, disse Chico Oliveira, Lula poderia ter dado um salto qualitativo: com mudanças ousadas em áreas estratégicas, poderia ocupar esse vazio

e empurrar as instituições políticas brasileiras para a frente, numa espécie de revolução pacífica.

O Governo Lula, evidentemente, optou por outra saída. Chico Oliveira diz que a montagem da frente parlamentar de apoio ao governo é um trabalho de Sísifo. Sísifo era o rei de Corinto, que escapou de Tanatos, o senhor da morte, mas foi capturado por Hermes, a mando de Zeus. Posto no inferno, foi condenado a viver pela eternidade rolando uma pedra até o alto de um morro; para fazê-la cair; e recomeçar. A montagem da frente de apoio parlamentar do governo é algo igual, diz Chico Oliveira. O governo organiza um ministério, faz um orçamento, distribui verbas para os aliados manejarem – e eis que vem, mesmo que seja apenas uma ameaça de aumento na taxa de juros americana, e tudo se desmancha; tudo tem de ser refeito.

Nova oligarquia A “herança maldita” de Fernando Henrique, de que tanto se fala, diz Chico Oliveira, não é apenas nem principalmente o gigantesco endividamento. A maldição, disse ele, é o fato de o antigo sistema político brasileiro, que já era ruim, ter sido praticamente destruído, com o enor-

me crescimento do poder de classe do grande empresariado, especialmente do capital estrangeiro.

A política brasileira hoje é outra. O poder dos grandes políticos regionais brasileiros é outro, por exemplo. José Sarney era uma coisa quando a Vale do Rio Doce era uma estatal de peso na vida política do Maranhão; hoje, Sarney é outro político. Antônio Carlos Magalhães era um, quando o pólo petroquímico da Bahia estava sob o comando da Petrobrás e o PFL baiano comandava as nomeações no pólo. Hoje, ACM manda menos. Agora, a maior parte das decisões que afetam a vida do país são tomadas fora do Brasil e da política brasileira. O governo se ilude com a idéia de que tem um apoio consensual no país, porque uniu do PCdoB, de Aldo Rebelo, ao PP, de Paulo Maluf e Delfim Netto. A história das grandes mudanças ocorridas no mundo, diz Chico de Oliveria, não foi construída pelos que ficaram apenas olhando o passado. Lula representava idéias novas que tinham se tornado hegemônicas e este patrimônio moral está sendo entregue na bacia das almas de negociações menores, porque o governo não teve ousadia e não apontou para o futuro. ■